



COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 2017

REQUERIMENTO Nº , DE 2018 (Do Sr Danilo Cabral)

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Mista da Medida Provisória nº 814, de 2017.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater os resultados dos estudos sobre a situação econômica e financeira da Eletrobrás, referidos pelo Ministro Fernando Coelho Filho na exposição de motivos da MP 814/2017, com vistas a estabelecer comparativo entre o valor real da empresa e a expectativa de arrecadação do governo.

Para discutir o tema com a Comissão recomendamos os seguintes convites:

- 1) Vital do Rêgo – Ministro do Tribunal de Contas da União;
- 2) Representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- 3) Representante da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).



CD/18066.00325-99



JUSTIFICATIVA

Na exposição de motivos enviada ao Congresso Nacional, assinada pelo Ministro Fernando Coelho Filho, o governo incluiu dispositivo permitindo a abertura do processo de desestatização da Eletrobrás. Na argumentação apresentada, alega que o objetivo desta mudança seria “permitir, com plena segurança, que sejam contratados e iniciados os estudos da situação econômica e financeira da Eletrobrás”.

Estudos apontam que em 60 anos já foram investidos por volta de R\$ 370 bilhões de reais na construção de usinas, linhas e subestações do grupo Eletrobras, sem contar o valor de R\$ 39 bilhões (valor de hoje), já homologado, referentes à RBSE que o grupo receberá nos próximos, só Furnas, receberá R\$ 20 bilhões.

Segundo cálculos da FIESP, só com o processo de desestatização, a Eletrobras privatizada arrecadará, a mais, cerca de R\$ 13,2 bilhões por ano, o que daria no período de concessão de 30 anos cerca de R\$ 390 bilhões. Diante de todos esses números o governo trabalha no sentido de arrecadar somente 12 bilhões com a privatização da empresa.

Nesse sentido, sugerimos que o resultado dos estudos referidos pelo Ministro Fernando Coelho Filho, justificando os valores de venda e a expectativa de arrecadação seja debatidos com esta casa, com representantes da sociedade civil e com o Tribunal de Contas da União (TCU). Desta maneira, as informações produzidas pelo Ministério poderão ser debatidas com transparência e submetidas a um crivo técnico independente.

Sala da Comissão, 20 de março de 2018.

Danilo Cabral
Deputado Federal
PSB/PE



CD/18066.00325-99